



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Sector Transportes O.R. Lisboa

**PCP com os trabalhadores do Metropolitano de Lisboa  
- onde se falou da falta de trabalhadores, do Material Circulante, da Linha Circular, da  
Especulação Imobiliária e do subfinanciamento**

Ontem, uma delegação do PCP, que incluía Bruno Dias, deputado na Assembleia da República e Fábio Sousa, deputado na Assembleia Municipal de Lisboa, reuniu com as Organizações Representativas dos Trabalhadores do Metropolitano de Lisboa.

Foi ocasião para constatar que **o actual governo continua a faltar aos seus compromissos com os trabalhadores e utentes do Metropolitano**, desde logo porque **continua a adiar a entrada dos trabalhadores operacionais necessários**, apesar das promessas em contrário ciclicamente renovadas, o que, além de provocar as conhecidas dificuldades operacionais detectadas pelos utentes (estações vazias, falta de material circulante, supressões e interrupções ainda demasiado frequentes), está a provocar um intenso desgaste nos actuais trabalhadores, muitos dos quais já ultrapassaram o limite legal anual de horas extraordinárias.

Foi possível ainda constatar uma opinião comum sobre o processo em curso de construção da mal-chamada **Linha Circular, que implicará o esbanjamento de recursos públicos** numa solução errada do ponto de vista técnico e desnecessária para o alargamento da oferta. Sobre o material circulante, os trabalhadores alertaram o PCP para a necessidade de garantir a adequada manutenção das actuais 111 composições, cujo limite de vida útil só poderá ser atingido se ocorrerem as devidas grandes reparações e remotorizações, desvalorizando a importância do concurso lançado para a aquisição de 14 novas composições. O PCP recordou o seu Projecto de Resolução, aprovado em Junho na Assembleia da República, sobre a necessidade de um Plano Nacional para o Material Circulante, que apontasse para a aquisição de séries longas (para redução dos custos de aquisição e manutenção) orientadas para a satisfação das necessidades a 15/20 anos, para a garantia da manutenção e reparação nacional dos equipamentos e para a crescente integração nacional na sua produção.

Igualmente abordado nesta reunião foi **o processo dos terrenos do Metropolitano em Sete Rios**, prometidos para constituir o Fundo de Pensões dos trabalhadores do Metropolitano, e que o Governo anunciou pretender vender para ajudar a pagar as obras do Metropolitano.

O PCP deu nota aos trabalhadores da questão colocada na Assembleia da República sobre a especulação com estes terrenos e a violação dos compromissos assumidos, e informou ainda do processo que decorre na Câmara Municipal, onde, com os votos contra do PCP e do CDS, a abstenção do BE e os votos a favor do PS e do PSD, a CML aprovou a caducidade das deliberações que determinavam a elaboração de um conjunto de Planos de Pormenor, entre eles o Plano de Pormenor de Sete Rios.

Uma decisão camarária tomada ao arpejo das decisões aprovadas na Assembleia Municipal a 18 de Setembro, onde, por proposta do PCP, com os votos favoráveis de PCP/ PSD/ CDS-PP/ BE/ PAN/ PEV/ MPT/ PPM/ 8 IND e apenas os votos contra do PS, foi aprovada uma recomendação sobre “Os Terrenos do Metropolitano em Sete Rios” e a necessidade de se garantirem os termos do protocolo celebrado entre CML e essa Empresa Pública.

Lembramos que de acordo com o referido protocolo, os terrenos, com uma área total de cerca de 60.250m<sup>2</sup>, propriedade do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., seriam ocupados por uma central de camionagem definitiva, espaços verdes e de lazer e ainda por um conjunto de edifícios para habitação e serviços. A ocupação prevista, de que resultaria a valorização patrimonial destinada a garantir, no quadro das responsabilidades da empresa, a constituição de um fundo de pensões ou um mecanismo semelhante, para os seus trabalhadores, teria de cumprir os termos de referência determinados para a elaboração do Plano de Pormenor, agora revogado.

Assim, a CML, contrariando a deliberação da Assembleia Municipal e com a complacência de alguns partidos que na AML votam de uma forma e na CML de outra, revogou os termos de referência para a elaboração do referido plano de pormenor, remetendo uma decisão futura sobre a taxa de ocupação, de que resultará a valorização patrimonial, para um Plano a ser definido por uma unidade de execução, dispensando-se a consulta pública de um conjunto de entidades externas à CML.

**O PCP reafirmou na reunião o direito à cidade e o combate à especulação imobiliária** se concretizam, também, pela elaboração de mecanismos de planeamento participado, de que são exemplo os planos de pormenor, e assumiu ainda que continuará a cumprir coerentemente os compromissos assumidos para com os trabalhadores do Metro, de desenvolver e apoiar todas as ações que viabilizem a constituição do fundo de pensões dos trabalhadores e reformados do Metro, impedindo que esse direito conquistado pelos trabalhadores fique posto em causa, como se verificou num passado recente com a suspensão do pagamento determinada pelo Governo PSD/CDS.

Por último, o PCP assumiu o compromisso de **continuar a denunciar e combater o subfinanciamento propositado em que o Metropolitano continua a ser obrigado a funcionar**, que depois é usado pelas campanhas pró-privatização que continuam a decorrer: o facto de o Metropolitano continuar sem receber qualquer compensação pelo Passe Social Intermodal, ao contrário dos operadores privados; o facto do Metropolitano de Lisboa ser o único caso na Europa onde o Metropolitano da Capital não recebe qualquer Indemnização Compensatória, funcionando apenas com a receita gerada pelos utentes e à custa da criação de dívida; o facto de, ao arrepio das próprias orientações orçamentais, o investimento em Infraestruturas de Longa Duração já realizado continuar a ser pago pelo Metropolitano, e se continuar a planificar que o futuro o seja igualmente (como o demonstra a intenção de «usar» a venda de património para pagar o investimento); o facto do património da empresa ser utilizado por outras entidades públicas – por exemplo, a actual sede do Ministério das Infraestruturas e até um carro topo de gama – com os custos a ficarem no Metropolitano.

**Lisboa, 12 de Outubro 2018**  
**Sector dos Transportes da OR Lisboa**  
**Partido Comunista Português**

Para mais esclarecimentos:

Manuel Gouveia  
935488912